

**CONTRATO CEDAE N.º 038 /2020 (DTP)**

Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **TELAR ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seus Diretores ao final assinados, Sr. RENATO LIMA DO ESPÍRITO SANTO, Diretor Presidente, e Sr. MAURO ALONSO DUARTE, Diretor Técnico e de Projetos, doravante denominada **CEDAE**, e a **TELAR ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A**, com sede na Av. Angélica, nº 2510 – 2º andar – Conj.22 – Consolação – São Paulo/SP – CEP: 01228-200, inscrita no CNPJ sob o n.º 62.570.320/0001-34, neste ato por meio de seu procurador ao final assinado, Sr. MAURO SILVESTRE LEITE, brasileiro, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 5.896.087 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 956.996.518-53, doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si, na conformidade do que consta do Processo nº **E-07/100.393/2018** relativo à Licitação **CN nº 016/2018**, justo e acordado o presente que se regerá incondicional e irrestritamente pelas normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações da Lei 8.883, de 08/06/94 e da Lei 9.648 de 27/05/98, pela Lei nº 287, de 04/12/79 e pelo Decreto nº 3.149, de 28/04/80, que regulamentou o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, e pelo Decreto Estadual nº 16.672, de 28/06/91, pela Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

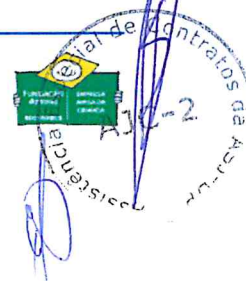
- 1.1. O objeto do presente Contrato é a **"COMPLEMENTAÇÃO DAS REDES DE ESGOTOS SANITÁRIOS DO SISTEMA DE SARAPUÍ NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU/RJ"**, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição
01	SERVIÇOS TÉCNICOS
02	CANTEIRO DE OBRAS E ADMINISTRAÇÃO LOCAL
03	SONDAGENS, INVESTIGAÇÕES E GEOTÉCNICAS
04	SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA
05	MOVIMENTO DE TERRA
06	PAVIMENTAÇÃO
07	FORNECIMENTO DE TUBOS
08	POÇOS DE VISITA
09	ASSENTAMENTO
10	ESGOTAMENTO
11	LIGAÇÕES PREDIAIS DE ESGOTO
12	TUBULAÇÃO PELO MÉTODO NÃO DESTRUTIVO (SHIELD)
13	METODO NÃO DESTRUTIVO – FURO DIRECIONAL

\*PLANILHA DETALHADA ÀS FLS.1931 A 1941 PROCESSO E-07/100.393/2018 (VOL.007)

**CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO E SUA SUBMISSÃO AO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

- 2.1. As obras ora contratadas deverão estar concluídas no Prazo de **540 (quinhentos e quarenta) dias** corridos.
- 2.2. O Início de Vigência, do presente Contrato, será no dia seguinte à data estabelecida na Ordem de Início para execução das obras.



- 2.3. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais mínimas estabelecidas em percentagens acumuladas em relação ao valor total das obras contratadas, em conformidade com o cronograma físico-financeiro anexado ao presente Contrato que, devidamente rubricado pelas partes contratantes, passa a fazer parte integrante deste instrumento.
- 2.4. A ocorrência de condições que poderiam ocasionar a prorrogação do prazo contratual, bem como dos prazos intermediários de execução dos serviços, estipulados no cronograma físico apresentado pela **CONTRATADA**, serão apreciadas e decididas pela Fiscalização que, a seu critério, poderá alterá-los, desde que não acarretem para a **CEDAE** qualquer acréscimo de custo nos serviços e sejam plenamente justificados. Neste caso, tais alterações de prazos não serão consideradas como inadimplemento contratual.
- 2.5. Considerando que o contrato de obras é por escopo, o término do prazo não é causa suficiente para a extinção do ajuste, cabendo a **CEDAE** apurar se as razões que inviabilizaram a execução do objeto, no prazo inicialmente avençado, decorreram de atuação deficiente da **CONTRATADA**.

### CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CEDAE

- 3.1. Constituem obrigações da **CEDAE**:
- a – remeter cópia deste instrumento contratual ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no prazo de 15 (quinze) dias de sua publicação;
  - b – efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
  - c – emitir autorizações específicas para atuação junto a terceiros;
  - d – fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao presente Contrato.
  - e – exercer a fiscalização do contrato;
  - f – receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas na CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA deste contrato.

### CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:
- a - conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e com estrita obediência às leis vigentes;
  - b - obedecer às Normas de Projeto e Execução de Obras da **CEDAE**, tomando delas expresse conhecimento;
  - c - responder pelos serviços que executar, na forma da lei;
  - d - prover os serviços, ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**;



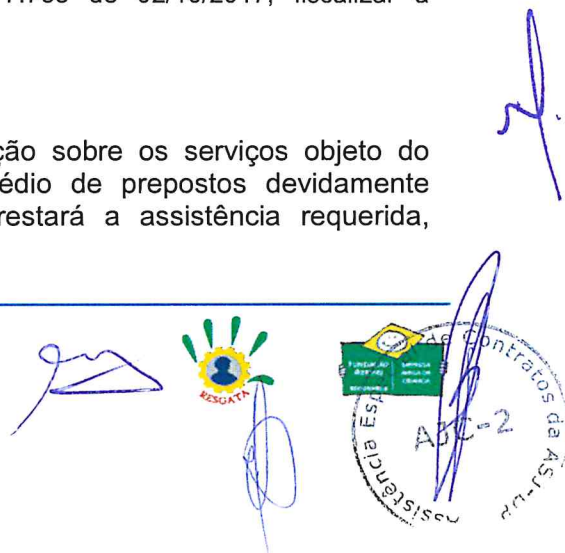
- e - providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, com vigência a partir da data de início das obras até seu recebimento definitivo. Assim sendo, será responsável pela contratação dos seguros do pessoal, edificações, instalações, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços, sob pena de assumir diretamente todos os riscos e ônus inerentes;
- f - comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- g - atender a todas as solicitações de natureza técnica, da **CEDAE**, relacionadas com o objeto deste Contrato;
- h - manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;
- i - obedecer estrita e rigorosamente aos prazos de execução dos serviços e/ou de entrega de equipamentos constantes deste Contrato, cabendo à **CEDAE**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a sua execução e de aplicar as penalidades cabíveis, sem que à **CONTRATADA** assista direito a indenização;
- j - destinar um recinto apropriado em seu escritório, a fim de alojar o pessoal técnico da Fiscalização da **CEDAE**;
- l - substituir qualquer membro da equipe de trabalho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE**;
- m - prestar, sem ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos, sempre que a ela imputáveis;
- n - submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho;
- o - providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77, relativa à execução dos serviços, definindo os responsáveis técnicos dos mesmos.
- p - manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.
- q - na execução contratual, a gestão de resíduos gerados da totalidade das atividades necessárias à implementação da obra em questão deverá seguir ao estabelecido nas diretrizes, critérios e procedimentos para gestão de resíduos da construção civil da Resolução CONAMA Nº 307, de 05 de julho de 2002.
- r - A **CONTRATADA** disponibilizará as Memórias de Cálculos de dimensionamento, juntamente com os Projetos Executivos, para fins de verificação da adequação da solução adotada.
- s - A **CONTRATADA** deverá apresentar para cada medição a respectiva memória de cálculo, na qual deverá constar a indicação dos locais precisos da execução dos serviços e das dimensões de cada parte ou trecho do item medido, preferencialmente através de croqui.

s.1 - As medições serão realizadas com base nos serviços efetivamente realizados pela **CONTRATADA**.

- t - A **CONTRATADA** deverá se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras ou serviços, até a sua entrega perfeitamente concluída.
- u - A **CONTRATADA** deverá obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras ou serviços, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades.
- v - Observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto n.º 5.296, de 02.12.04 e a NBR 9050.
- x - Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.
- y - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:
- I - de cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
  - II - de duzentos e um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);
  - III - de quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
  - IV - mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).
- z - A **CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA e de acordo com a Lei Estadual nº 7.753 de 17/10/2017, implementar o Programa de Integridade em até 180 dias após a celebração do contrato,
- z.1 - O não atendimento ao disposto no parágrafo anterior implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.
- z.2 - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.
- z.3 - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.
- z.4 - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

## CLÁUSULA QUINTA - FISCALIZAÇÃO

- 5.1. É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida,





facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

- 5.2. A ação ou omissão da Fiscalização da **CEDAE** não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.
- 5.3. Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "y", da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.
- 5.4. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhe fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.
- 5.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da **CONTRATANTE** deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2020**, assim classificados:
  - Programa de Trabalho: 1201673469
  - Código Orçamentário: 44905105
  - Fontes de Recursos: 10 e 11
  - Conta Contábil: 161190002
  - C. Custos: DT04000000
  - ID da Reserva Orçamentária: 2020000367
- 6.2. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - PREÇO E VALOR DO CONTRATO

- 7.1. A **CONTRATADA** se obriga a realizar as obras ora contratadas, em regime de empreitada por preço unitário, pelo preço de sua Proposta na Licitação no valor de **R\$ 18.867.711,88 (dezoito milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, setecentos e onze reais e oitenta e oito centavos)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária, conforme tabela abaixo.

Item	Descrição	VALOR TOTAL
01	SERVIÇOS TÉCNICOS	R\$ 234.426,66

02	CANTEIRO DE OBRAS E ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R\$ 2.360.747,76
03	SONDAGENS, INVESTIGAÇÕES E GEOTÉCNICAS	R\$ 121.279,58
04	SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA	R\$ 33.042,57
05	MOVIMENTO DE TERRA	R\$ 1.163.676,74
06	PAVIMENTAÇÃO	R\$ 874.012,38
07	FORNECIMENTO DE TUBOS	R\$ 95.767,51
08	POÇOS DE VISITA	R\$ 79.269,45
09	ASSENTAMENTO	R\$ 22.188,67
10	ESGOTAMENTO	R\$ 20.588,40
11	LIGAÇÕES PREDIAIS DE ESGOTO	R\$ 4.291.934,10
12	TUBULAÇÃO PELO MÉTODO NÃO DESTRUTIVO (SHIELD)	R\$ 9.490.547,02
13	METODO NÃO DESTRUTIVO – FURO DIRECIONAL	R\$ 80.231,04
<b>VALOR TOTAL</b>		<b>R\$ 18.867.711,88</b>

\*PLANILHA DETALHADA ÀS FLS.1931 A 1941 PROCESSO E-07/100.393/2018 (VOL.007)

7.2. O preço ajustado no item anterior desta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

7.3. A **CEDAE** poderá, atendendo às diretrizes da Lei 8.666/93, substituir, total ou parcialmente, quaisquer itens da Planilha de Preços da Proposta, por itens e serviços que constem da tabela de preços do Serviço de Composição de Preços da Empresa de Obras Públicas (EMOP), sendo os valores unitários adotados aqueles relativos ao mês da Estimativa Orçamentária descontados do percentual oferecido pela licitante vencedora em relação ao preço total orçado.

7.3.1. Caso os serviços não constem da planilha de preços da proposta nem da tabela de preços da EMOP, será realizada ampla pesquisa junto a, no mínimo, três empresas especializadas na execução destes serviços, adotando-se o menor deles e incluindo o desconto oferecido pela licitante vencedora em relação ao preço total orçado.

7.3.2. Em caso de acréscimo ou supressão de valores do total do contrato, o item Administração Local será recalculado mantendo a mesma relação percentual entre o valor do referido item e o valor total do contrato.

7.4. A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

7.4.1. Em havendo acréscimo ou supressão de serviços constantes na planilha original, os preços unitários serão os mesmos originariamente propostos.

#### CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS



8.1. Somente será analisada a concessão do reajustamento de preços caso a periodicidade ultrapasse 1 (um) ano, unicamente se ocorrer variação do valor contratual, contado a partir da data base do mês de referência do orçamento, observada a legislação vigente e/ou substitutivas e face a comprovada elevação dos insumos utilizados. Neste caso será adotado como limite o índice relativo a família de cada item da planilha orçamentária.

- os preços contratados serão reajustados, unicamente em obediência à periodicidade prevista na lei vigente, e de acordo com o seguinte critério:
- o valor do reajustamento, das obras e serviços contratados, será calculado pela variação do Índice relativo a família de cada item da Planilha Orçamentária, que corresponde aos cinco primeiros dígitos do Código do Serviço, de acordo com a classificação estabelecida no "Catálogo de Referência da EMOP" ou na sua falta o Índice Nacional de Custos da Construção - INCC/FGV, tendo como data base o mês de referência do orçamento, segundo a fórmula que segue:

$$R = \sum P_0 * Q * \left[ \frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

onde :

R = Valor do reajustamento

P<sub>0</sub> = Preço unitário contratual

Q = Quantidade medida no mês

I = Índice da família EMOP ou INCC/FGV correspondente ao mês do reajustamento

I<sub>0</sub> = Índice da família EMOP ou INCC/FGV correspondente a data base de referência do orçamento.

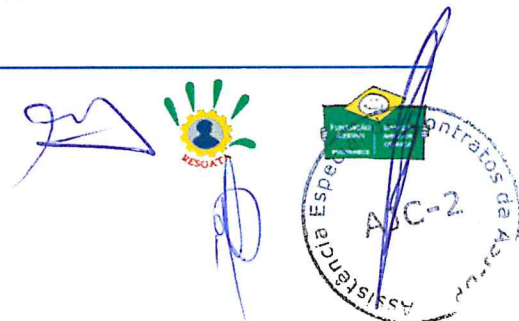
- o valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela a preços contratuais.

8.1.1. As partes convencionam que o prazo decadencial para a contratada solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Cedae, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo Direito de Crédito, nos termos do art.211, do Código Civil.

## CLÁUSULA NONA - MEDIÇÃO, FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos das faturas serão efetuados em parcelas mensais, após a aceitação das medições correspondentes por parte da **CEDAE**, no 30º (trigésimo) dia corrido contado a partir da data final do período de adimplemento.

- 9.1.1. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês pro rata die.
- 9.2. Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária, mantida pela **CONTRATADA**, via Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor" (Anexo VI), integrante de sua proposta.
- 9.3. Mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a Fiscalização, de comum acordo com a **CONTRATADA**, estabelecerá a programação dos serviços e/ou fornecimentos a serem realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades da obra.
- 9.4. Mensalmente, a Fiscalização procederá à verificação do avanço da implantação e do cumprimento das metas mínimas do cronograma físico-financeiro contratual.
- 9.5. A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da medição/fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados pela Fiscalização aceitos e de conformidade com o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços medidos.
- 9.5.1. Os serviços relativos à administração local da obra, serão pagos com o mesmo percentual de execução da obra, quando das medições.
- 9.5.2. Na elaboração dos projetos executivos e Cadastro Técnico, previstos na presente licitação, deverão ser seguidas as Normas pertinentes. E, havendo a necessidade de acréscimo no número de pranchas previstas na planilha orçamentária, o que deverá ser tecnicamente justificado e submetido à aprovação da **CEDAE**.
- 9.5.2.1. Os itens referidos acima deverão ser medidos em função dos produtos apresentados, ou seja, as pranchas apresentadas.
- 9.6. A Fiscalização terá 2 (dois) dias úteis, após o recebimento da medição/fatura, para aprová-la ou devolvê-la.
- 9.6.1. No caso da não concordância com parte da medição, a Fiscalização liberará a parte não controvertida, notificando a **CONTRATADA** quanto às pendências do restante da medição.
- 9.6.2. No caso de a Fiscalização encontrar erros na medição feita pela **CONTRATADA**, esta medição lhe será devolvida para sua reapresentação ou para proceder conforme disposto em 9.6.1.



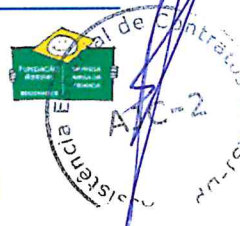



- 9.7. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, a contagem do prazo para pagamento será suspensa até a reapresentação da respectiva fatura isenta de erros, sendo então prosseguida a contagem inicialmente interrompida.
- 9.8. A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.
- 9.9. Toda fatura fará menção específica à medição na qual a mesma se baseia.
- 9.10. A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, da comprovação de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA da obra.
- 9.11. Os pagamentos, das faturas ou notas fiscais, das etapas da prestação dos serviços, ficarão condicionados à apresentação, pela **CONTRATADA**, de cópia autenticada da guia quitada de recolhimento dos encargos previdenciários e respectiva folha de pagamento relativa aos serviços realizados na etapa faturada, conforme prescreve o parágrafo 2º do Art. 71 da Lei 8666/93 alterado pelo Art. 4º da Lei 9032/95 de 28/04/95.
- 9.11.1. Para efeito do subitem anterior a **CONTRATADA** deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para as obras contratadas, conforme preconizado no parágrafo 4º do Art. 31 da Lei 8212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei 9032/95 de 28/04/95.
- 9.12. A fatura final deverá corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato e só será processada após a aceitação provisória da obra.
- 9.13. A **CEDAE**, a qualquer tempo, poderá utilizar créditos da **CONTRATADA** para atender aos compromissos e obrigações assumidos, e não cumpridos, pela mesma, junto aos seus empregados e subcontratados, em decorrência das obras objeto deste Contrato.
- 9.14. Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea "y", da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIAS

- 10.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei 8.666/93.

- 10.2. O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.
- 10.3. A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).
- 10.4. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.
- 10.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- I. Todos os prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
  - II. Multas punitivas aplicadas à **CONTRATADA**;
  - III. Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - IV. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.
- 10.6. Se a **CONTRATADA** optar pelo “seguro-garantia”, deverá prestá-lo na modalidade “**Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço**”, com cláusula específica indicando a cobertura adicional de obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.
- 10.7. Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multiriscos básico**, que conterá as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total dos bens entregues.
- 10.8. A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.
- 10.9. A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.
- 10.10. A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.



Contratação de Serviços  
Assinatura  
Assessoria



- 10.11. Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.
- 10.12. A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo XIV.
- 10.13. O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.
- 10.14. O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.
- 10.15. A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

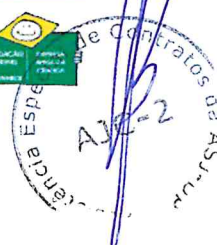
#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- 11.1. As obras objeto deste Contrato serão executadas sob a direção e responsabilidade técnica do Eng.º Civil: Marco Antônio Botter, CREA nº: CREA/SP 0600734197, Registro Nacional 2603072250, Eng.º Civil: Rodrigo Botter Rios Pinto, CREA Nº: CREA/SP 5062011345, Registro Nacional: 2602173851, Eng.º Civil: Mauro Silvestre Leite, CREA Nº: CREA/SP 0600765468, Registro Nacional: 2605028429, Eng.º Civil: Telmo Giolito Porto, CREA Nº: CREA/SP 0600733830, Registro Nacional: 2604566567 que ficam autorizados a representar a **CONTRATADA**, em suas relações com a CEDAE, em matéria de serviço.
- 11.2. A **CONTRATADA** obriga-se a manter os engenheiros indicados nesta cláusula como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local das obras até seu final. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da CEDAE.
- 11.3. Os Responsáveis Técnicos aqui indicado deverá figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata o item 9.10 da Cláusula Nona deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 12.1. A realização das obras, conforme definidos no Edital da Licitação e na Proposta da **CONTRATADA**, terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE. (Ordem de Início)

- 12.2. A **CEDAE** poderá, a qualquer tempo e a seu critério, determinar por escrito a suspensão dos serviços em andamento. A suspensão tornar-se-á efetiva 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento, pela **CONTRATADA**, desta determinação, devendo a mesma proceder à entrega dos serviços até então executados ou em execução, os quais lhe serão remunerados pela **CEDAE**, desde que tecnicamente aceitos.
- 12.3. A **CEDAE** poderá deixar de expedir Ordem de Execução - OEX, em função da indisponibilidade dos recursos indispensáveis à execução das obras, ou ainda se a **CONTRATADA** não tiver terminado ou imprimido, à OEX anterior, ritmo e qualidade aceitáveis pela Fiscalização da CEDAE. Nestes casos, não assistirá à **CONTRATADA** direito a indenização, reembolso ou compensação de qualquer espécie, exceto quanto ao pagamento de serviços executados, entregues e aceitos pela Fiscalização.
- 12.4. As Ordens de Execução emitidas pela **CEDAE** e aceitas pela **CONTRATADA** ficarão fazendo parte integrante deste Contrato.
- 12.5. A Coordenação Geral dos trabalhos da **CONTRATADA** deverá estar localizada, obrigatoriamente, no Município do Rio de Janeiro ou em outro Município do Estado do Rio de Janeiro, a juízo da **CEDAE**.
- 12.6. Deverá ser obedecida a orientação da Fiscalização da **CEDAE** na execução dos serviços.
- 12.7. Na execução das obras objeto deste Contrato serão obedecidas: as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, medição de serviços e normas técnicas.
- 12.8. Na execução do objeto contratual serão também seguidos os dispositivos da CEDAE-DPO-1, abaixo discriminados, cujas cópias poderão ser adquiridas na Coordenação de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia, à Av. Presidente Vargas, 2655 - 7º andar, no horário de 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.
- 12.8.1. Ordem de Serviço "E" DPO nº 01, de 01/04/85 que aprova o Modelo de Memorando para Solicitações Endereçadas à CEDAE.
- 12.8.2. Ordem de Serviço "E" DPO nº 001, de 28/01/88 que aprova as Normas para Medições de Obras ou Serviços.
- 12.8.3. Ordem de Serviço "E" DPO nº 03, de 01/04/85 que aprova as Normas para Prorrogação ou Suspensão do Prazo Contratual das Obras ou Serviços.
- 12.8.4. Ordem de Serviço "E" DPO nº 04, de 01/04/85 que aprova as Normas para Fiscalização das Obras ou Serviços.

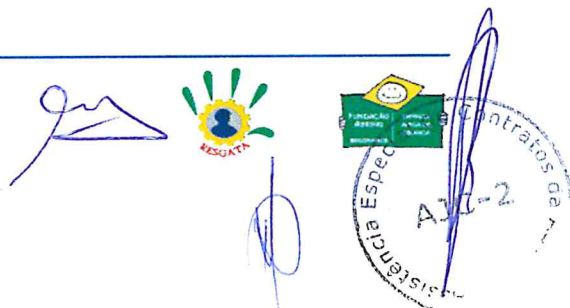




12.8.5. Regulamento Geral de Medição e Preços de Serviços e Obras.

- 12.9. Todas as despesas relativas a serviços noturnos, inclusive as referentes a iluminação, correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.
- 12.10. A **CONTRATADA** se responsabilizará, por si e por seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título venha a causar à **CEDAE**, ao Estado do Rio de Janeiro e/ou a terceiros, em decorrência da execução das obras objeto deste Contrato, assim como pelos causados por seus possíveis subcontratados.
- 12.11. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 e suas Portarias modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.
- 12.11.1. Todos os empregados da **CONTRATADA** e de seus possíveis subcontratados deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução da obra.
- 12.12. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que, aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais estabelecidas pela **CONTRATADA** no cronograma físico-financeiro contratual, em percentagens acumuladas em relação ao valor total das obras contratados.
- 12.12.1. Caso estas etapas mensais não sejam cumpridas pela **CONTRATADA**, após a verificação da Fiscalização da CEDAE, serão pagos à **CONTRATADA**, somente os serviços e fornecimentos efetivamente executados.
- 12.13. Todos os materiais/equipamentos a serem empregados na execução das obras deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a **CONTRATADA** à realização dos ensaios/testes, de Controle de Qualidade, determinados pela Fiscalização.
- 12.14. Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a **CONTRATADA** arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.
- 12.15. A **CONTRATADA** responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.

- 12.16. A **CONTRATADA** se obriga a cooperar com outras contratadas da **CEDAE**, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma. Quaisquer entendimentos entre as diversas contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da Fiscalização.
- 12.17. A aceitação das obras ficará sujeita à aprovação da Fiscalização, obrigando-se a **CONTRATADA** a refazer aqueles que forem rejeitados, ficando, também, condicionada ao fornecimento, pela **CONTRATADA**, das plantas e desenhos relativos às obras por ela, ou por seus possíveis subcontratados, realmente executados, de acordo com as normas, instruções e especificações do Serviço de Cadastro Técnico da **CEDAE**.
- 12.18. A aceitação provisória da obra será promovida pela **CEDAE**, mediante a designação de uma Comissão de 3 (três) membros, devidamente habilitados, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro do prazo de 15 (quinze) dias da comunicação por escrito da **CONTRATADA**, informando a conclusão das obras.
- 12.18.1. Para o recebimento provisório será necessário a apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) junto ao INSS, a comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade da Situação Fiscal junto ao FGTS.
- 12.18.2. A emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:
- 12.18.2.1. A empresa contratada deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.
- 12.18.2.2. As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à CEDAE juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.
- 12.18.2.3. Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a contratada omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à CEDAE, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.





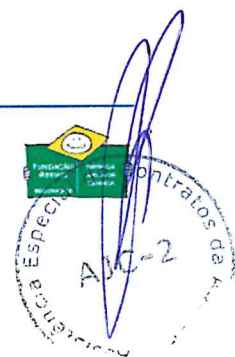
- Av. Pres. Vargas, 2655. Cidade Nova. Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)

- c) Proceder à ligação definitiva de todas as instalações, devidamente oficializadas;
  - d) Corrigir os defeitos ou imperfeições apontados ou que venham a ser verificados em qualquer elemento da obra/serviços executados;
  - e) Apresentar a quitação das obrigações trabalhistas relacionadas com o pessoal empregado na obra, inclusive quanto às Guias de Recolhimento junto ao INSS e FGTS;
  - f) Apresentar a Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo INSS relativo à obra/serviços.
- 12.19.2. A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.
- 12.19.3. De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.
- 12.19.4. No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à **CEDAE** a Aceitação Definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.
- 12.19.5. Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a Garantia Contratual, se houver.
- 12.19.6. Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela contratada.
- 12.19.7. A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a CEDAE.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUBCONTRATAÇÃO OU CESSÃO DO CONTRATO

- 13.1. A **CONTRATADA** só poderá subcontratar, mediante aprovação prévia, por escrito, da **CEDAE**, tendo como limite estabelecido o percentual de 20% (vinte por cento) do total do objeto licitado e desde que não contemple atividades correspondentes às parcelas de maior relevância técnica exigidas para fins de qualificação dos licitantes.

13.1.1. É vedada a cessão ou sub-rogação do contrato.





- 13.2. A autorização de subcontratação concedida pela **CEDAE** não eximirá à **CONTRATADA** da responsabilidade total pelo cumprimento de todos os termos e condições deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

- 14.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária pela Administração Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

- 14.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

14.2.1. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

- 14.3. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

14.3.1 A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do item 14.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

14.3.2 A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", do item 14.1, será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

14.3.3 A aplicação da sanção prevista na alínea "d", do item 14.1, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

- 14.4. A multa administrativa, prevista na alínea "b", do item 14.1, observará o seguinte:

- a) corresponderá individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
  - b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
  - c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
  - d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
  - e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.
- 14.5. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea “c”, do item 14.1, observará o seguinte:
- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
  - b) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- 14.6. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea “d”, do item 14.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.
- 14.6.1. A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
- 14.7. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento, ou das sanções administrativas.
- 14.8. Se o valor das multas previstas na alínea “b”, do subitem 14.1, e no subitem 14.10, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.
- 14.8.1. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.



14.9. A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

14.9.1. Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

14.9.2. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

14.9.2.1 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do item 14.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d", do item 14.1.

14.10. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

14.11. Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea “c” do item 23.1, ficarão impedidos de contratar Administração Pública Estadual Direta e Indireta; enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea “d”, ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais entes federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos das referidas penalidades.

14.12. As penalidades empostas aos licitantes serão registradas pela **CEDAE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

14.13. Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas “c” e “d” do *caput*, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

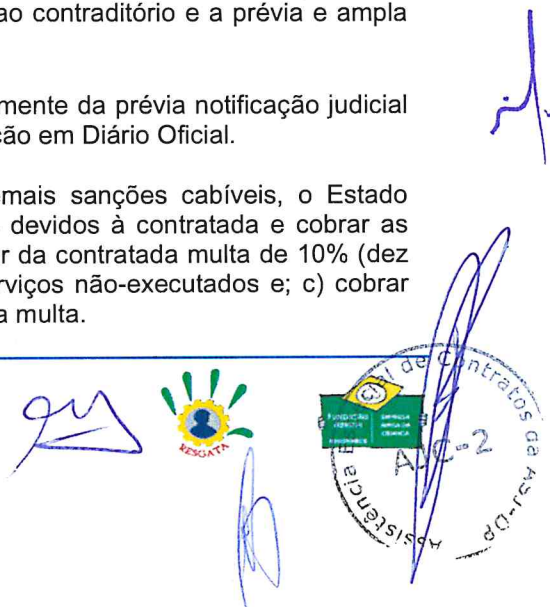
## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO

15.1. O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

15.3. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

15.4. Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.



#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

- 16.1. Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.
- 16.2. Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação de a **CEDAE** remunerá-las.
- 16.3. A ocorrência de fatos próprios às condições climáticas regionais, bem como suas consequências, não serão consideradas causas para prorrogação do prazo contratual estabelecido na Cláusula 2ª deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO

- 17.1. Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.
- 17.2. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.
- 17.3. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em concorrências não comunicadas e não aceitas pela fiscalização, nas épocas oportunas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ENCARGOS

- 18.1. A **CONTRATADA** será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, os quais correrão por sua exclusiva conta.

#### CLÁUSULA DECIMA NONA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 19.1. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em quaisquer de suas Cláusulas, mediante aditivo contratual, que deverá ser remetido, em no máximo 15 (quinze) dias a partir de sua publicação, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - FACULDADE DE USO

- 20.1. O atraso, tolerância ou omissão por parte da **CEDAE** no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste Contrato, do Edital de Licitação ou da Lei em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a **CEDAE** exercitá-los a qualquer tempo.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO



- 22.1. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.
- 22.2. Caso a **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

- 22.3. Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato até o décimo quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.
- 22.4. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 23.1. Todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., elaborados pela **CONTRATADA** serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.
- 23.2. À **CONTRATADA** é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução das obras, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.
- 23.3. A **CONTRATADA** providenciará todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato.
- 23.4. A **CEDAE** não será responsável por quaisquer danos ou prejuízos que a **CONTRATADA**, direta ou indiretamente, por si ou seus prepostos, causarem a terceiros em virtude da execução das obras de que cuida este Contrato. Em qualquer hipótese, a **CONTRATADA** será, sempre, a única e exclusiva responsável pelo seu ressarcimento.
- 23.5. Em caso de divergência entre as condições do Edital e este contrato, prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da contratada, esta prevalecerá.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CASOS OMISSOS**

- 24.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FORO**

- 25.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, o foro competente é o da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE

26.1. Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

26.2. A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa).

26.3. A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

26.4. A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

26.5. A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.

26.6. O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

26.7. A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituirlo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

26.8. O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.



26.9. O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

26.10. O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

26.11. O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

26.12. Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

26.13. As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

E por assim estarem justas e contratadas, mandaram emitir o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, que assinam com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 04 de MARÇO de 2020.

Pela CEDAE:

  
**RENATO LIMA DO ESPÍRITO SANTO**  
Diretor Presidente

  
**MAURO ALONSO DUARTE**  
Diretor Técnico e de Projetos

Pela CONTRATADA:

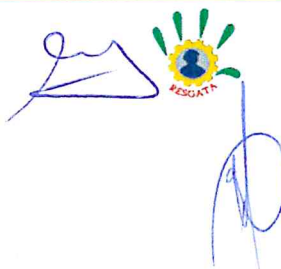
  
**MAURO SILVESTRE LEITE**  
Procurador

TESTEMUNHAS:

- 1) Catarama Madylene C. de Moura 96132221700  
2) Isaura Lúcia Duarte 78031303720

Ref. Contr. TELAR ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A - complementação das redes de esgotos sanitários do sistema de sarapui no município de Nova Iguaçu-CN-016-18-VBO.

**ANEXO**  
**Cronograma Físico Financeiro**





Item	Descrição do Item	11	12	13	14	15	16	17	18	Total	%
01	SERVIÇOS TÉCNICOS									234.246,66	1,342%
02	CATERING DE OBRAS E ADMINISTRAÇÃO LOCAL	222.075,54	286.641,36	191.510,49	192.317,33	186.133,82	186.490,07	217.566,51	235.602,98	2.360.447,76	12,512%
03	SONDAGENS, INVESTIGAÇÕES E TOPOGRAFIA	9.407,05	10.020,00	5.197,25	8.446,66	7.895,85	7.550,00	3.215,00	12.121,96	121.779,56	0,641%
04	SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA	1.652,13	1.652,13	1.652,13	1.652,13	1.652,13	1.652,13	3.304,26	10.000,00	33.042,57	0,175%
05	MOVIMENTO DE TERRA	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	10.000,00	10.000,00	1.163.076,74	6,168%
06	PAVIMENTAÇÃO	116.801,67	233.728,35	10.000,00	87.401,24	87.401,24	87.401,24	87.401,24	174.802,48	8.740.012,38	4,633%
07	FORNECIMENTO DE TUBOS	87.401,24	87.401,24	10.000,00	87.401,24	87.401,24	87.401,24	174.802,48	20.000,00	95.467,51	0,508%
08	POÇOS DE VISITA	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	79.269,45	0,420%
09	ASSERTEAMENTO	3.963,47	3.963,47	3.963,47	3.963,47	7.926,95	7.926,95	7.926,95	10.000,00	22.188,67	0,118%
10	ESCOMBATEIRO E ESGOTAMENTO	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	20.588,40	0,109%
11	IMÓVEIS MÓVEIS DE ESCRITÓRIO	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	4.291.034,10	22,748%
12	TUBULAÇÃO PELO MÉTODO NÃO DESTINTIVO (SHIELD)	429.103,41	429.103,41	429.103,41	429.103,41	429.103,41	429.103,41	643.700,12	15.000,00	9.490.547,02	50,340%
13	MÉTODO NÃO DESTINTIVO - TIPO DIRECIONAL	949.054,70	949.054,70	949.054,70	949.054,70	949.054,70	949.054,70	949.054,70	10.000,00	80.331,04	0,425%
	TOTAL	1.811.847,02	1.992.780,51	1.666.914,30	1.665.781,14	1.664.730,52	1.666.005,20	1.913.321,48	2.042.466,47	18.867.711,88	100,000%
		9,093%	10,277%	8,835%	8,823%	8,835%	8,830%	10,141%	10,825%		
01	SERVIÇOS TÉCNICOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
02	CATERING DE OBRAS E ADMINISTRAÇÃO LOCAL	87.069,13	70.378,00	70.378,00							
03	SONDAGENS, INVESTIGAÇÕES E TOPOGRAFIA	38.000,00	30.000,00	30.000,00							
04	SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA	170.421,74	110.341,35	24.126,84	14.376,95	21.317,55	21.600,84	19.665,03	163.831,89	122.995,60	6,270%
05	MOVIMENTO DE TERRA	5.160,00	4.674,45	0.620,00	0.620,00	0.915,52	0.215,52	0.830,00	6.500,00		
06	PAVIMENTAÇÃO	36.383,87	36.383,87	36.383,87							
07	FORNECIMENTO DE TUBOS	30.000,00	30.000,00	30.000,00							
08	POÇOS DE VISITA	1.321,70	1.382,55	1.652,13	1.652,13	1.652,13	1.652,13	1.652,13	1.652,13	1.652,13	
09	ASSERTEAMENTO	4.600,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	
10	ESCOMBATEIRO E ESGOTAMENTO	46.547,07	69.810,60	116.367,67	116.367,67	116.367,67	116.367,67	116.367,67	116.367,67	116.367,67	
11	IMÓVEIS MÓVEIS DE ESCRITÓRIO	4.000,00	6.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	
12	TUBULAÇÃO PELO MÉTODO NÃO DESTINTIVO (SHIELD)	14.356,13	14.356,13	9.576,55	9.576,55	9.576,55	9.576,55	9.576,55	9.576,55	9.576,55	
13	MÉTODO NÃO DESTINTIVO - TIPO DIRECIONAL	5.000,00	15.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	
	TOTAL	246.922,10	233.400,90	192.386,51	99.389,91	133.027,00	185.324,85	185.324,85	155.477,34	1.483.335,00	1.553.030,49
		1,093%	1,227%	1,046%	0,517%	0,618%	1,047%	1,047%	0,819%	7,736%	8,213%





**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA**  
**SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**
**ATO DA DIRETORA-GERAL****PORTARIA SECCG/DGAF Nº 190 DE 04 DE MARÇO DE 2020****INSTITUI COMISSÃO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO PARA O CONTRATO QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A DIRETORA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto nº 42.836, de 03 de fevereiro de 2011, o Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, a Resolução Casa Civil nº 428, de 30/03/2016, e tendo em vista o consoante no Processo Administrativo nº E-12/002/603/2018, e

**CONSIDERANDO** a necessidade, por eficiência do acompanhamento, a fiscalização, a gestão, e execução do contrato.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Fica instituída e consolidada a Comissão de Gestão e Fiscalização do CC/SSCS/02/2018, celebrado com a Empresa CLARO S/A, designando os servidores abaixo, para, sem prejuízo de suas atribuições, cumprir as determinações contidas no Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, principalmente o que consta no art. 12 (DA GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES).

CAIO PIMENTA FERREIRA - ID: 5005178-4;  
ERONILSON CERQUEIRA DE JESUS - ID: 4321296-4; e  
MATEUS JESUS DE SOUZA - ID: 5037297-1.

**Art. 2º** - Consolida como Gestor o servidor NEY FERNANDO DE MELLO NEVES FILHO, ID 1908807-7, para, sem prejuízo de suas atribuições, cumprir as determinações contidas no Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, principalmente o que consta no art. 12 (DA GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES).

**Art. 3º** - Consolida como Gestor Suplente o servidor PEDRO HENRIQUE LIMA DE SOUZA, ID 5011643-6, para substituir o Gestor em possíveis impedimentos e período de gozo de férias, para sem prejuízo de suas atribuições, cumprir as determinações contidas no Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, principalmente o que consta no art. 12 (DA GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES).

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2020

**VIVIANE CARVALHO**  
Diretora-Geral de Administração e Finanças

ID: 2240954

**ADMINISTRAÇÃO VINCULADA****IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****RETIFICAÇÕES**

D.O. DE 03/03/2020

PÁGINA 4 - 1ª COLUMNA

**ATOS DO DIRETOR-PRESIDENTE****PORTARIA PR-Nº 51 DE 02 DE MARÇO DE 2020****EXONERA O SERVIDOR QUE MENCIONA.**

Onde se lê: Art. 1º - EXONERAR AGNALDO LEAL NOGUEIRA...

Leia-se: Art. 1º - EXONERAR AGUALDO LEAL NOGUEIRA...

**PORTARIA PR-Nº 52 DE 02 DE MARÇO DE 2020****NOMEIA SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.**

Onde se lê: Art. 1º - NOMEAR AGNALDO LEAL NOGUEIRA...

Leia-se: Art. 1º - NOMEAR AGUALDO LEAL NOGUEIRA...

ID: 2241026

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE****DE 04/03/2020**

**DESIGNA** JOSE AUGUSTO DAIBES DE MELLO, Agente de Saneamento H, como Presidente, RODRIGO DEROSI ALVIM, Técnico Laboratório II e WANDERSON HERMINIO FERRAZ RODRIGUES, Agente de Saneamento H, como Membros Titulares e ALTINEU DE OLIVEIRA JOSE, Agente de Saneamento D, como Membro Suplente. Gerente do Contrato DANIEL PEREIRA OLIVEIRA, Agente de Saneamento H e TEREZA CRISTINA REIS DA SILVA, Analista Qualidade C, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos "SERVIÇOS DE RECEBIMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS PRODUZIDOS EM ESTAÇÕES DE TRATAMENTO E ESTAÇÕES ELEVADORAS DE ESGOTOS BRUTOS EM CENTRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS LICENCIADO", do que trata o Processo nº E-07/100.539/2019, Ordem de Serviço PFIS nº 27.365-00/2020.

ID: 2241099

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE****DE 04/03/2020**

**PROC. Nº E-07/100.530/2019 - RECONHEÇA A DÍVIDA**, no valor total de R\$ 563.691,96 (quinhentos e sessenta e três mil seiscentos e noventa e um reais e noventa e seis centavos), em favor da SANEAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA., referente ao Contrato nº 130/2019 (DPE), tendo por objeto a "OPERAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE LEITURA, MEDIÇÃO, FATURAMENTO E ARRECAÇÃO, COM GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO DE AÇÕES COMERCIAIS NA ÁREA DE CONCESSÃO DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - RJ - LOTE: IV".

ID: 2241071

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE****DE 04/03/2020**

**PROC. Nº E-07/100.530/2019 - RECONHEÇA A DÍVIDA**, no valor total de R\$ 1.262.844,41 (um milhão, duzentos e sessenta e dois mil oitocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), em favor da AVS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., referente ao Contrato nº 129/2019 (DPE), tendo por objeto a "OPERAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE LEITURA, MEDIÇÃO, FATURAMENTO E ARRECAÇÃO, COM GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO DE AÇÕES COMERCIAIS NA ÁREA DE CONCESSÃO DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - RJ - LOTE: II".

ID: 2241072

**Secretaria de Estado de Fazenda****SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA****DESPACHOS DO SECRETÁRIO****DE 02/01/2020**

**\*PROC. Nº E-04/056/93/2017 - RATIFICO** a dispensa de licitação, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, em favor da ASSOCIAÇÃO NITEROIENSE DOS DEFICIENTES FÍSICOS - ANDEF, no valor de R\$ 177.645,00 (cento e setenta e sete mil seiscentos e quarenta e cinco reais), com base no artigo 24, inciso XX da Lei nº 8666/93.

**\*PROC. Nº E-04/172/89/2018 - RATIFICO** a inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8666/93, em favor da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, no valor de R\$ 115.418,22 (cento e quinze mil quatrocentos e dezito reais e vinte e dois centavos).

**\*PROC. Nº E-04/016.332/2008 - RATIFICO** a inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, em favor da FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FETRAPOR, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), com base no artigo 25, caput da Lei nº 8666/93.

**\*PROC. Nº E-04/056/92/2017 - RATIFICO** a dispensa de licitação, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, em favor da ASSOCIAÇÃO NITEROIENSE DOS DEFICIENTES FÍSICOS - ANDEF, no valor de R\$ 218.122,76 (duzentos e dezito mil cento e vinte e dois reais e setenta e seis centavos), com base no artigo 24, inciso XX da Lei nº 8666/93.

\*Omitidos no D.O. de 03/01/2020.

ID: 2241029

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA****ATO DO SECRETÁRIO****RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 123 DE 04 DE MARÇO DE 2020**

**PROMOVE ALTERAÇÕES NAS SEGUINTE RESOLUÇÕES: RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 537/12; RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 720/14; RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 191/17; RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 202/18, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso II, do Parágrafo Único, do art. 148 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, e considerando o disposto no Processo nº E-04/107/39/2019,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Ficam promovidas as seguintes modificações na Resolução SEFAZ nº 537, de 28 de setembro de 2012:

**I** - alteração do § 2º, do art. 14, que passa a vigorar com a seguinte redação:

\*Art. 14. (...)

(...)

§ 2º - Relativamente à escrituração, o contribuinte deve observar as disposições do Manual de Orientação do Leilante da EFD ICMS/IPI e as orientações do Guia Prático da EFD ICMS/IPI publicado no Portal Nacional do SPED, devendo as informações referentes aos pagamentos de ICMS-ST serem lançadas de forma individualizada por item de Nota Fiscal, mediante o preenchimento do campo COD\_ITEM do registro C197, de acordo com os códigos da tabela 5.3 do Manual de Orientação do Leilante da EFD ICMS/IPI a serem lançados no campo COD\_AJ.

**II** - alteração do Parágrafo Único, do art. 15, que passa a vigorar com a seguinte redação:

\*Art. 15. (...)

(...)

Parágrafo Único - Relativamente à escrituração, o contribuinte deve observar as disposições do Manual de Orientação do Leilante da EFD ICMS/IPI e as orientações do Guia Prático da EFD ICMS/IPI publicado no Portal Nacional do SPED.

**III** - alteração do § 1º, do art. 16, que passa a vigorar com a seguinte redação:

\*Art. 16. (...)

(...)

§ 1º - Relativamente à escrituração, além dos procedimentos constantes do Manual de Orientação do Leilante da EFD ICMS/IPI e do Guia Prático da EFD ICMS/IPI, o contribuinte deverá observar o seguinte:

**I** - na devolução de mercadoria recebida com imposto retido por substituição tributária o contribuinte substituído deverá:

- inscrutar no registro C100 a nota fiscal de devolução com débito do imposto próprio, sem informar os valores relacionados ao imposto retido por substituição tributária, destacado na nota fiscal;

- informar o Registro C113 com a nota fiscal original de aquisição da mercadoria devolvida;

- informar o Registro C197 com o código RJ10000000 informando, total ou proporcionalmente, o imposto destacado na nota fiscal de aquisição da mercadoria para aproveitamento do crédito do ICMS próprio;

**II** - na devolução ou remessa interestadual de mercadoria sujeita à substituição tributária em que a condição de substituído tenha sido atribuída ao destinatário fluemense e cujo imposto tenha sido pago antecipadamente pelo adquirente ou remete em seu nome, este deverá:

- inscrutar normalmente no registro C100 a nota fiscal de devolução ou remessa interestadual com débito do imposto próprio;

- informar o Registro C197 com o código RJ10000000 informando, total ou proporcionalmente, o imposto destacado na nota fiscal de aquisição da mercadoria para aproveitamento do crédito do ICMS próprio;

- informar o Registro C197 com o código RJ11000000 informando, total ou proporcionalmente, o valor constante do documento de arrecadação relativo ao pagamento antecipado do imposto devido por substituição tributária para aproveitamento do crédito do ICMS-ST;

**III** - na devolução de mercadoria sujeita à substituição tributária cujo imposto tenha sido pago pelo adquirente na condição de contribuinte responsável solidário, este deverá seguir os procedimentos determinados no inciso II deste parágrafo, com substituição do código a que se refere à alínea "c" pelo código RJ11100000.

**IV** - inclusão do Parágrafo Único ao art. 16-A, com a seguinte redação:

\*Art. 16-A. (...)

(...)

Parágrafo Único - Os contribuintes interessados em solicitar ressarcimento do imposto retido por substituição tributária devem preencher os registros C170 e C176, inclusive os campos CHAVE\_NFE\_RET, COD\_PART\_NFE\_RET, SER\_NFE\_RET, NUM\_NFE\_RET, ITEM\_NFE\_RET, COD\_MOT\_RES e VL\_UNIT\_RES\_FCP-ST, da EFD ICMS/IPI relativamente às Notas Fiscais de saída que embasaram o pedido de ressarcimento."

**Art. 2º** - Ficam promovidas as seguintes modificações na Resolução SEFAZ nº 720, de 4 de fevereiro de 2014:

**I** - o inciso II, do Parágrafo Único, do art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

\*Art. 1º (...)

(...)

**II** - Parte II - Dos Procedimentos Relacionados à Obrigação Acessória:

- Anexo I: Do Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS);

- Anexo II: Da Nota Fiscal Eletrônica (NFE-e);

- Anexo II-A: Da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e);

- Anexo III: Do Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e);

- Anexo III-A: Do Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços (CT-e OS);

- Anexo III-B: Do Bilhete de Passagem Eletrônico (BP-e);

- Anexo IV: Do Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e);

- Anexo V: Do Equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF);

- Anexo VI: Da Nota Fiscal Avulsa e do Conhecimento Avulso de Transporte Aquaviário ou Rodoviário de Cargas;

- Anexo VII: Da Escrituração Fiscal Digital (EFD);

- Anexo VIII: Do Sistema Eletrônico de Processamento de Dados (SEPD);

- Anexo IX: Da Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA/ICMS);

- Anexo IX-A: Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação (DeSTDA);

- Anexo X: Da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios (DECLAN-IPM);

- Anexo XI: Do Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (SINTEGRA);

- Anexo XII: Do Documento de Utilização de Benefícios Fiscais do ICMS (DUB-ICMS);

- Anexo XIII: Dos Procedimentos Especiais;

- Anexo XIV: Dos Procedimentos Especiais Aplicáveis à Operação Realizada por Empresa de Distribuição de Água Canalizada;

- Anexo XV: Dos Procedimentos Especiais Aplicáveis à Operação Relativa à Circulação de Energia Elétrica;

- Anexo XVI: Dos Procedimentos Especiais Aplicáveis à Prestação de Serviço de Comunicação e de Telecomunicação;

- Anexo XVII: Dos Procedimentos Especiais Aplicáveis à Operação de Fornecimento de Gás;

- Anexo XVIII: Dos Procedimentos Especiais Aplicáveis à desoneração do ICMS em documentos fiscais eletrônicos e na EFD ICMS-IPI;

- Anexo XIX: Dos Procedimentos Especiais Aplicáveis aos Prestadores de Serviços de Transporte enquadrados na Lei nº 2.778/97, na Lei nº 2.804/97 e na Lei nº 2.869/97;

- Anexo XX: Dos Procedimentos para Compensação, Utilização e Transferência de Saldo Credor;

- Anexo XXI: Dos Procedimentos Aplicáveis ao Fundo de Desenvolvimento Econômico da Social - Fundes;

- Anexo XXII - Do preenchimento de escrituração do ICMS pago por denúncia espontânea

(...)"

**II** - inclusão do Capítulo II-A, no Anexo VII da Parte II:

**"CAPÍTULO II-A****DAS NORMAS GERAIS DE ESCRITURAÇÃO**

**Art. 5º-A** - Aplica-se à EFD ICMS/IPI as normas relativas à escrituração constantes do:

**I** - do Ato COTEPE 9/08 e notas técnicas que instituem o Manual de Orientação do Leilante da EFD ICMS/IPI;

**II** - do Guia Prático da EFD ICMS/IPI;

**III** - do RICMS/00, desta Resolução e de demais normas, atinentes à escrituração de livros fiscais em geral, no que couber.

**§ 1º** - Deverão ser observados ainda os seguintes procedimentos:

**I** - os ajustes a débitos ou a créditos na apuração, bem como ajustes extra-apuração devem ser realizados preferencialmente por documento fiscal, sendo utilizados os códigos da tabela 5.1.1 do Manual de Orientação do Leilante da EFD ICMS/IPI apenas quando não houver código específico na tabela 5.3;

**II** - os códigos da tabela 5.1.1 do Manual de Orientação do Leilante da EFD ICMS/IPI, de descrição genérica "Outros" somente podem ser utilizados na ausência de codificação específica sendo o campo DESCR\_COMPL\_AJ de preenchimento obrigatório;

**III** - as informações referentes aos pagamentos de ICMS-Importação, ICMS-diferencial de alíquotas nas operações de entrada deverão ser lançadas de forma individualizada por item de Nota Fiscal, mediante o preenchimento do campo COD\_ITEM do registro C197, de acordo com os códigos da tabela 5.3 do Manual de Orientação do Leilante da EFD ICMS/IPI a serem lançados no campo COD\_AJ;

**IV** - o contribuinte deverá utilizar a "Tabela de Códigos de Receita RJ", disponível no endereço eletrônico do SPED, para o preenchimento do campo COD\_REC dos Registros E116, E250 e E316;

**V** - as observações que devem ser lançadas nos Livros Fiscais, conforme previsto na legislação, deverão ser informadas mediante o preenchimento do registro C195;

**VI** - o registro C120 deverá ser preenchido sempre que ocorrer operação de importação promovida pelo estabelecimento declarante;

**VII** - as informações constantes dos campos "Informações Adicionais" ou "Documentos Fiscais Referenciados" da Nota Fiscal, exigidas pela legislação, deverão ser informadas no Registro C110 e filhos da EFD ICMS/IPI;

**VIII** - no caso de recebimento de mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária com o ICMS retido, informado na Nota Fiscal, o contribuinte preencherá o Registro C197 com os seguintes códigos:

- RJ91950100 - petróleo e energia elétrica;

- RJ91950101 - outros produtos.

**§ 2º** - Os contribuintes deste Estado ficam dispensados do preenchimento dos registros 0210, C191, C495, 1700, 1900, 1960, 1970 e 1980.



SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato CEDAE nº 038/2020 (DTP).  
**PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a TELAR ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A.  
**OBJETO:** "COMPLEMENTAÇÃO DAS REDES DE ESGOTOS SANITÁRIOS DO SISTEMA DE SARAPUI NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU".  
**PRazo:** 540 (quinhentos e quarenta) dias corridos.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 18.867.711,88 (dezoito milhões, oitocentos e sessenta e sete mil setecentos e onze reais e oitenta e oito centavos).  
**DATA DE ASSINATURA:** 04/03/2020.  
**FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.393/2018 (CN nº 016/2019).

Id: 2241097

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 140/2018 (DF).  
**PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a GR INDUSTRIA, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.  
**OBJETO:** Prorrogação do prazo de fornecimento.  
**PRazo:** 60 (sessenta) dias.  
**VALOR TOTAL:** sem alteração do valor.

**DATA DE ASSINATURA:** 03/03/2020.  
**FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.771/2017 (CN nº 351/2018).

Id: 2241070

Secretaria de Estado de  
Governos e Relações InstitucionaisSECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E  
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2019.  
**PARTE:** O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais e a empresa EBEC LOCAÇÃO DE VEÍCULOS S/A.  
**OBJETO:** Alteração para acréscimo quantitativo do objeto ao contrato nº 007/2019. O contrato ora aditado passa a ter o seguinte quantitativo total de 31 (trinta e um) veículos tipo Van, adensados, sem fornecimento de motorista e sem fornecimento de combustível, para atender as demandas da Operação Barreira Fiscal e Operação Segurança Presente.  
**PRazo:** De 9 (nove) meses, a contar 06/03/2020 a 10/12/2020.  
**VALOR DO TERMO ADITIVO:** Valor de R\$ 417.725,00 (quatrocentos e dezesseis mil setecentos e vinte e cinco reais), totalizando o contrato o valor de R\$ 2.292.605,00 (dois milhões, duzentos e noventa e dois mil e seiscentos e cinco reais).

**DATA DE ASSINATURA:** 05/03/2020.  
**FUNDAMENTO:** Art. 58, inciso I, c/c o art. 65, inciso I, e seu § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, e suas alterações.  
**PROCESSO Nº:** SEI-15/001/009196/2019.

Id: 2241360

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E  
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2019.  
**PARTE:** O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais e a empresa EBEC LOCAÇÃO DE VEÍCULOS S/A.  
**OBJETO:** Alteração para acréscimo quantitativo do objeto ao Contrato nº 009/2019. O contrato ora aditado passa a ter o seguinte quantitativo total de 65 (sessenta e cinco) veículos tipo hatch, adensados, sem motorista e sem combustível, para atender as demandas da Operação Segurança Presente.  
**PRazo:** de 9 (nove) meses, a contar 06/03/2020 a 10/12/2020.  
**VALOR DO TERMO ADITIVO:** valor de R\$ 232.116,00 (duzentos e trinta e dois mil cento e dezesseis reais) totalizando o contrato o valor de R\$ 1.241.316,00 (um milhão, duzentos e quarenta e um mil trezentos e dezesseis reais).  
**DATA DE ASSINATURA:** 05/03/2020.  
**FUNDAMENTO:** Art. 58, inciso I, c/c o art. 65, inciso I, e seu § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, e suas alterações.  
**PROCESSO Nº:** SEI-15/001/016389/2019.

Id: 2241361

## Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PROTOCOLO

## AVISO

## DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR SORTEIO PARA AS CÂMARAS

Será realizada no dia 11 de março de 2020, às 12h00min, através de sorteio efetuado na presença do Secretário-Geral e de dois Conselheiros, a distribuição para as Câmaras dos seguintes Recursos:

RECURSO	PROCESSO	RAZÃO SOCIAL
75963	E-04/211/017506/2019	TRAMP OIL BRASIL LTDA
75964	E-04/211/018906/2019	CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
75965	E-04/211/019124/2019	REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS SA
75966	E-04/211/019127/2019	REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS SA
75967	E-04/040/000766/2017	MSJ COMERCIAL S/A
75968	E-04/211/012031/2019	CERVEJARIA PETROPOLIS S/A
75969	E-04/211/019162/2019	ESPECIFARMA COM DE MEDICAMENTOS E PRO HOSPITALARES LTDA
75970	E-04/211/003790/2019	HNK BR LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA
75971	E-04/211/013292/2019	REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA
75972	E-04/211/007828/2019	DFL TRANSPORTES EIRELI
75973	E-04/211/005562/2019	DFL TRANSPORTES EIRELI
75974	E-04/211/018902/2019	CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
75975	E-04/211/018903/2019	CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
75976	E-04/036/100070/2018	TIM S/A
75977	E-04/211/019125/2019	REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS SA
75978	E-04/211/017126/2019	CRBS S/A
75979	E-04/211/018645/2019	NOVA ELITE SHOW DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
75980	E-04/211/019746/2019	SOLUCOES EM ACO USIMINAS S A
75981	E-04/211/020359/2019	TIM S/A
75982	E-04/011/000240/2017	CENTRAL SPORT CLUB
75983	E-04/037/100094/2018	BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA
75984	E-04/058377/2011	RODOPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA
75985	E-04/058087/2011	RODOPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA
75986	E-04/058019/2011	RODOPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA
75987	E-04/058159/2011	RODOPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA
75988	E-04/058272/2011	RODOPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA
75989	E-04/037/100109/2018	BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA
75990	E-04/211/007064/2019	ARBOR BRASIL INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA
75991	E-04/063399/2007	REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS SA
75992	E-04/040/100019/2018	TELLERINA COMÉRCIO DE PRESENTES E ARTIGOS PARA DECORAÇÃO S.A.
75993	E-04/040/100017/2018	TELLERINA COMÉRCIO DE PRESENTES E ARTIGOS PARA DECORAÇÃO S.A.
75994	E-04/040/100011/2018	TELLERINA COMÉRCIO DE PRESENTES E ARTIGOS PARA DECORAÇÃO S.A.
75995	E-04/040/100009/2018	TELLERINA COMÉRCIO DE PRESENTES E ARTIGOS PARA DECORAÇÃO S.A.
75996	E-04/040/100007/2018	TELLERINA COMÉRCIO DE PRESENTES E ARTIGOS PARA DECORAÇÃO S.A.
75997	E-04/040/100003/2018	TELLERINA COMÉRCIO DE PRESENTES E ARTIGOS PARA DECORAÇÃO S.A.
75998	E-04/040/100001/2018	TELLERINA COMÉRCIO DE PRESENTES E ARTIGOS PARA DECORAÇÃO S.A.
75999	E-04/211/021335/2019	JULE INDÚSTRIA TEXTIL LTDA
76000	E-04/211/001825/2018	M-I SWACO DO BRASIL - COMÉRCIO SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA
76001	E-04/079/005247/2016	INFORMÁTICA EL CORTE INGLES BRASIL LTDA
76002	E-04/101/000042/2017	SEE DO BRASIL PRODUTOS DOMÉSTICOS LTDA
76003	E-04/101/000041/2017	SEE DO BRASIL PRODUTOS DOMÉSTICOS LTDA
76004	E-04/211/021090/2019	METALURGICA BARRA DO PIRAI S/A
76005	E-04/211/023853/2019	METALURGICA VALENIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
76006	E-04/211/020811/2019	PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
76007	E-04/211/020471/2019	MVX COMÉRCIO ELETRÔNICO S.A.
76008	E-04/211/019930/2019	PDV BRASIL COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA
76009	E-04/211/009581/2019	ADZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
76010	E-04/211/024452/2019	COMÉRCIO MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR MACROSUL LTDA
76011	E-04/003/100112/2016	MED LINE PRODUTOS MÉDICOS E LABORATORIAIS LTDA
76012	E-04/211/021820/2019	SIGPER IND COM ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA
76013	E-04/003/100014/2018	A L P RIO FRIGORÍFICO LTDA
76014	E-04/045/100067/2018	BREMEN COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA
76015	E-04/211/019249/2019	SCHLUMBERGER SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA

Id: 2241105

## Secretaria de Estado de Polícia Militar

## SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

## AVISO

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 017/2020** - Tipo Menor Preço Unitário.  
**OBJETO:** Registro de preços para a aquisição de querosene de aviação (QAV-1).  
**REALIZAÇÃO:** 30/03/2020, às 10h00min.  
**VALOR TOTAL Estimado:** R\$ 2.676.950,00  
**LOCAL:** www.compras-rj.gov.br  
**PROCESSO Nº:** E-35/19254/2019

O Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br) e no portal eletrônico [www.pmerj.rj.gov.br](http://www.pmerj.rj.gov.br), podendo, alternativamente, ser adquirido mediante o pagamento da importância de R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos), na Rua Evaristo da Veiga, nº 78, Centro, RJ - Quartel General - Diretoria de Licitações e Projetos - Seção de Pregão, comprovado por meio de guia de depósito da instituição financeira contratada pelo Estado, Banco Bradesco, agência 6898, conta corrente nº 3023-6, a favor a PMERJ.

Id: 2241134

## AVISO

**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) DE Nº 018/2020** - (PMERJ).  
**TIPO:** Menor Preço Unitário Por Item.  
**OBJETO:** Aquisição de medicamentos padronizado subgrupo sangue e órgãos hematológicos para atender as necessidades dos Policiais Militares e seus dependentes que são beneficiários do FUSPOM (Fundo de Saúde da Polícia Militar).

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.compras.rj.gov.br> (PE nº 018/2020).

**DATA DA LICITAÇÃO:** Dia 30/03/2020, às 10:00 horas.  
**VALOR ESTIMADO:** R\$ 7.941.292,27 (sete milhões, novecentos e quarenta e um mil duzentos e noventa e dois reais e vinte e sete centavos).  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** E-09/106/100089/2018.

O Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://www.compras.rj.gov.br>, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante apresentação de mídia gravável, na Rua Evaristo da Veiga, nº 78, Centro, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20.031-040.

Id: 2241074

## AVISO

**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) DE Nº 019/2020** - (PMERJ).

**TIPO:** Menor Preço Unitário Por Item.  
**OBJETO:** Aquisição de medicamentos padronizados do subgrupo do sistema nervoso II para atender as necessidades dos Policiais Militares e seus dependentes que são beneficiários do FUSPOM (Fundo de Saúde da Polícia Militar).  
**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.compras.rj.gov.br> (PE nº 019/2020).

**DATA DA LICITAÇÃO:** Dia 30/03/2020, às 10:00 horas.  
**VALOR ESTIMADO:** R\$ 998.237,05 (novecentos e noventa e oito mil duzentos e trinta e sete reais e cinco centavos).  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** E-09/106/100107/2018.

O Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://www.compras.rj.gov.br>, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante apresentação de mídia gravável, na Rua Evaristo da Veiga, nº 78, Centro, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20.031-040.

Id: 2241075

## AVISO

**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) DE Nº 020/2020** - (PMERJ).

**TIPO:** Menor Preço Unitário Por Item.  
**Objeto:** Aquisição de medicamentos do aparelho digestivo parte II para atender as necessidades dos Policiais Militares e seus dependentes que são beneficiários do FUSPOM (Fundo de Saúde da Polícia Militar).

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.compras.rj.gov.br> (PE nº 020/2020).  
**DATA DA LICITAÇÃO:** Dia 02/04/2020, às 10:00 horas.  
**VALOR ESTIMADO:** R\$ 840.830,35 (oitocentos e quarenta mil oitocentos e trinta reais e trinta e cinco centavos).  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** E-09/106/100187/2018.

O Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://www.compras.rj.gov.br>, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante apresentação de mídia gravável, na Rua Evaristo da Veiga, nº 78, Centro, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20.031-040.

Id: 2241076

## AVISO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020 SEPM** - Tipo Menor Preço Unitário.

**OBJETO:** Aquisição de capacetes balísticos.  
**REALIZAÇÃO:** 06/04/2020, às 10h00min.  
**VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 367.266,67  
**LOCAL:** [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br)  
**PROCESSO Nº:** E-35/19254/2019

O Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br) e no portal eletrônico [www.pmerj.rj.gov.br](http://www.pmerj.rj.gov.br), podendo, alternativamente, ser adquirido mediante o pagamento da importância de R\$ 5,80 (cinco reais e oitenta centavos), na Rua Evaristo da Veiga, nº 78, Centro, RJ - Quartel General - Diretoria de Licitações e Projetos - Seção de Pregão, comprovado por meio de guia de depósito da instituição financeira contratada pelo Estado, Banco Bradesco, agência 6898, conta corrente nº 3023-6, a favor a PMERJ.

Id: 2241121